

**HABEAS CORPUS Nº 548.457 - SP (2019/0356368-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
FERNANDO NICOLAS PENCO JUVE  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : WALACE GOMES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de WALACE GOMES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2218458-86.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que a prisão em flagrante do Paciente foi convertida em preventiva, em 28/09/2019, pois teria praticado a conduta descrita no art. 33 da Lei de Drogas, já que, com finalidade comercial, estaria na posse de 70,49g de "cocaína"; 31,75g de "crack" e 0,81g de "maconha" (fl. 21).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada pela Corte local (fls. 79-87).

Nas razões deste *writ*, a Defensoria Pública de São Paulo alega, em síntese: a) a ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva; b) a inidoneidade dos fundamentos utilizados para a decretação da custódia cautelar; c) as condições pessoais favoráveis do Paciente; d) a desproporcionalidade da custódia; e) a suficiência da imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva do Paciente.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

Na hipótese dos autos, verifico, em juízo prelibatório, a existência de manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da liminar pretendida. Confirmam-se, a propósito, os fundamentos utilizados pelo Magistrado de piso para converter a prisão em flagrante do Paciente em preventiva (fls. 70-71):

*"No que concerne à prisão do autuado, observando-se as regras trazidas pela Lei nº 12.403/11, constato ser incabível a concessão de quaisquer das medidas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, sendo de rigor a manutenção de sua custódia. Com efeito, com base nos elementos existentes nos autos demonstram a existência de indícios fortes de autoria de crime equiparado a hediondo, o que já se vislumbra a ineficácia das medidas alternativas à prisão, sendo evidente o intuito de não atender aos chamamentos do Juízo. No caso em tela, o autuado foi detido em flagrante quando, supostamente, praticava tráfico de entorpecentes, situação que evidencia o seu envolvimento com atividades criminosas habituais, sendo, portanto, ineficaz a aplicação de qualquer outra medida que não a prisão preventiva. Sendo assim, a fim de que seja garantida a ordem pública e tendo em vista a conveniência da instrução processual, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA de WALACE GOMES, uma vez que estão presentes todos os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal."*

Constata-se, em princípio, que o decreto construtivo não apontou elementos concretos extraídos dos autos que justificassem a necessidade da custódia que está amparada, tão somente, na gravidade abstrata do delito de tráfico de drogas.

A prisão preventiva, para ser legítima à luz da sistemática constitucional, exige que o Magistrado, sempre mediante fundamentos concretos extraídos de elementos constantes dos autos (arts. 5.º, LXI, LXV e LXVI, e 93, inciso IX, da Constituição da República), demonstre a existência de prova da materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria delitiva (*fumus commissi delicti*), bem como o preenchimento de ao menos um dos requisitos autorizativos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, no sentido de que o réu, solto, irá perturbar ou colocar em perigo (*periculum libertatis*) a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

Além disso, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei nº 12.403/2011 e com os princípios da excepcionalidade (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), provisionalidade (art. 316 do CPP) e proporcionalidade (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), a prisão preventiva há de ser medida necessária e adequada aos propósitos cautelares a que serve, não devendo ser decretada ou mantida caso intervenções estatais menos invasivas à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, mostrem-se, por si sós, suficientes ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.

# *Superior Tribunal de Justiça*

No que diz respeito especificamente ao tráfico de drogas, não obstante seja legítima, em termos de política criminal, a preocupação com o seu alastramento na sociedade, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que **fundamentos vagos**, aproveitáveis em qualquer outro processo, como o de que se trata de delito ligado à desestabilização de relações familiares ou o de que se trata de crime que causa temor, insegurança e repúdio social, não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, porque **nada dizem acerca da real periculosidade do agente**, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos.

Por oportuno, esclarece-se que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do HC n.º 84.078/MG, Rel. Ministro EROS GRAU, decidiu que a custódia cautelar só pode ser implementada se devidamente fundamentada, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal. A referida orientação deve ser adotada por todos os Tribunais Pátrios, como forma de se tornar mais substancial o princípio constitucional da presunção de inocência.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para revogar a prisão preventiva do Paciente, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação de prisão provisória, por fato superveniente a demonstrar a necessidade da medida ou da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça local e ao Juízo de primeira instância, encaminhando-lhes cópias da presente decisão.

Requisitem-se as informações da Autoridade Impetrada e do Juízo de primeiro grau, mormente sobre o andamento do feito, nas quais deverão constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora